

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Alerta recorrente

Mais impressionante é observar que esses alertas já existiam há tempos. O documento “Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima”, elaborado a pedido da Presidência da República em 2015, já alertava para as mudanças climáticas. O documento, de 62 páginas, descreve que esses fenômenos têm “causado impactos sobre os sistemas natural e humano, em todos os continentes e nos oceanos”, (...) afetando os recursos hídricos, em termos de quantidade e qualidade (cheias e secas)”.

Vulneráveis

A certa altura, o documento observa: “Essas mudanças impõem grandes desafios e oportunidades ao desenvolvimento econômico e social brasileiro e ao seu planejamento. Entre outras questões, pode-se perguntar: (i) Qual(is) cenário(s) social, econômico, ambiental e climático deve(m) ser considerado(s) nessa agenda?; (ii) O país está preparado para enfrentar esses novos cenários? e (iii) Como se dará a adaptação para esse(s) cenário(s)?”. Formuladas em 2015, essas perguntas aguardam respostas e providências.

Saúde mental

Em entrevista ao *CB.Saúde*, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa, destacou a atenção que está sendo dada à saúde mental na tragédia gaúcha. Não apenas da população atingida, mas também dos profissionais de saúde. A experiência traumática da pandemia de covid-19, quando muitos trabalharam no limite das forças, tem reflexos até hoje.

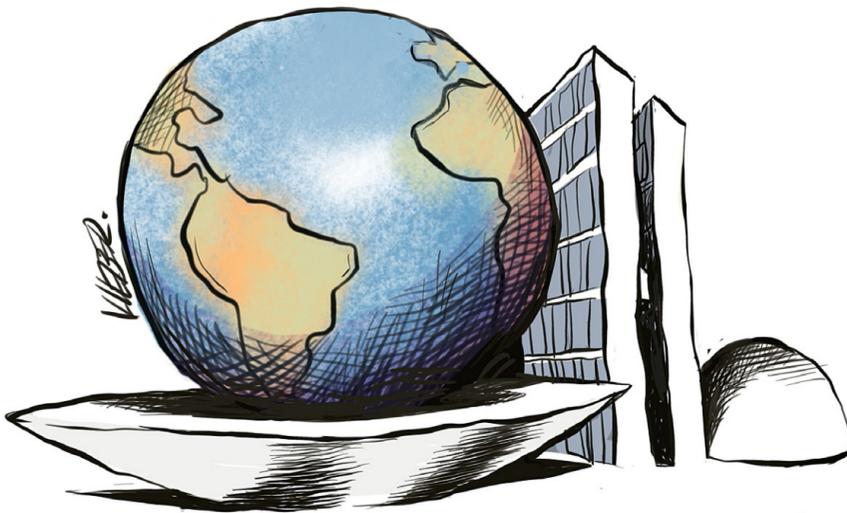
Pressa para enfrentar mudanças climáticas

Como resposta à tragédia no Rio Grande do Sul, o Congresso acelerou o passo na aprovação das regras para a formulação de um plano de adaptação às mudanças climáticas. A proposta, de autoria da deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), foi aprovado no plenário do Senado na noite de quarta-feira e enviado de volta à Câmara.

O texto estabelece o aprimoramento de um ponto crucial, que está sendo observado neste momento agudo da catástrofe gaúcha: a articulação entre União, estados e municípios para prevenir ou mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Uma emenda do senador

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) prevê a participação do empresariado na elaboração do plano nacional de adaptação.

Mais de três décadas depois da Rio-92 e quase 10 anos após o Acordo de Paris, o Brasil corre para mitigar os efeitos cada vez mais intensos do desequilíbrio ambiental no planeta. Redução de gases estufa, combate ao desmatamento, planejamento urbano, sistemas defensivos contra catástrofes e envio de recursos para países vulneráveis a desastres precisam sair dos debates internacionais para se tornarem ações concretas de governos e da sociedade civil.



Pela rastreabilidade

Em carta enviada à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, 24 organizações não governamentais protestam contra o possível adiamento da lei que proíbe, a partir de 2025, o comércio de produtos oriundos de áreas com desmatamento. Na carta, as entidades consideram que postergar a norma é “encomendar mais tragédias no futuro”, citando as enchentes no Rio Grande do Sul, no Quênia e na Ásia Central. Assinam o documento instituições como Instituto Cerrados, WWF Brasil, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Fundação SOS Mata Atlântica.

Sob protestos

Denominada de EUDR na sigla em inglês, a regra contra o desmatamento têm provocado protestos de diversos setores econômicos e de países — entre os quais o Brasil. A alegação comum é de que diversas cadeias produtivas não estão preparadas para atender às exigências de sustentabilidade até 2025. Além disso, a norma prejudicaria pequenos produtores. A indústria cafeeira, por exemplo, é um dos segmentos que defende uma revisão.

Preso

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um novo pedido de soltura e manteve a prisão de Filipe Martins, assessor internacional da Presidência da República na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele está preso desde fevereiro deste ano, acusado de envolvimento nos atentados de 8 de janeiro.

Contra o preconceito

À frente da maior bancada feminina na história do Senado — a casa conta atualmente com 15 mulheres — Zenaide Silva (PSD-RN) comemorou 10 anos de atividade parlamentar. E saiu em defesa da comunidade LGBTQIA+, que denuncia ataques e fake news. “A gente vê o retrocesso não só no Brasil, mas no mundo. É por isso que nós que estamos na defesa de todos vocês”, disse a senadora.

CONGRESSO

Saída para a desoneração

Projeto de lei que atende a setor produtivo deve ir a votação no Parlamento na terça-feira. Zanin estabelece prazo de 60 dias

» ÁNDREA MALCHER

O senador Efraim Filho (União-PB) afirmou ontem que o projeto de lei (PL) que reonera os 17 setores da economia gradualmente até 2027 deverá ter sua urgência votada na próxima terça-feira. A proposta deve ir a plenário juntamente com um PL que trate dos municípios, com a provável autoria de Angelo Coronel (PSD-BA).

O texto sobre os setores produtivos, de autoria de Efraim, será relatado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Os termos da reoneração progressiva resultaram de um acordo anunciado na última semana pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

A questão das prefeituras, no entanto, ainda está em aberto. “Esperamos agora que, com a solução com os municípios, a votação ocorra na próxima terça-feira. A expectativa do presidente Rodrigo Pacheco com o colégio de líderes é de que na próxima terça-feira o Senado Federal consiga votar já os dois requerimentos de urgência referentes aos setores produtivos e referentes aos municípios, fruto dessa conversa (entre Pacheco e Haddad). A expectativa é de que saia um consenso”, explicou o senador.

Uma reunião na residência oficial do Senado, ontem, entre

Pacheco e Haddad selou o acordo sobre os municípios. A alíquota atual de 8% está mantida para 2024, mas a reoneração gradual permanece a definir.

“Estamos buscando um amplo acordo, um pacote robusto em benefício ao municipalismo brasileiro. A grande maioria das reivindicações estão sendo atendidas, como a renegociação das dívidas, a redução do índice anexo de juros. Também há acordo em relação aos precatórios e ao sistema previdenciário dos municípios”, declarou o presidente do Senado, após a reunião.

Efraim Filho está otimista. “A expectativa é de que, aprovada a urgência, esse tema seja levado já direto ao plenário. O relator já está designado, é o senador Jaques

Wagner, líder do governo, então a expectativa é de que, havendo essa construção na terça-feira, possa ser votado”, disse.

O senador elencou outro fator para a aprovação da proposta. “É uma semana de Marcha dos Prefeitos. Seria um gesto do Congresso Nacional com os municípios brasileiros, que estão com as finanças esgotadas — principalmente os pequenos municípios, apertados com essa alíquota previdenciária a 20%. Esses três meses de alíquota a 8% deram um fôlego”, pontuou Efraim.

Judicialização

A negociação no Congresso veio após o governo judicializar a desoneração da folha. Em abril, o ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin atendeu ao pleito da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu, em decisão liminar, a medida que havia sido aprovada pelas duas Casas do Legislativo. A questão da desoneração está em análise no plenário virtual do STF, com placar de cinco votos a zero. O ministro Luiz Fux pediu vista.

Na quarta-feira, a AGU pediu ao ministro Zanin a suspensão dos efeitos da decisão que derubou a desoneração da folha — a medida passaria a valer a partir da próxima segunda-feira. Ontem, o magistrado deu prazo de 60 dias para o Congresso aprovar o PL que trata da desoneração.

O senador Efraim Filho comentou a situação. “Temos hoje um cenário de prazo

bastante exíguo, isso tem deixado apreensivos os setores, as empresas, para saber como vão formalizar sua contribuição, se é em virtude do que está previsto na lei, se segue uma decisão monocrática da Justiça. Então, (a ideia) é dar conforto a quem empreende e tranquilidade a quem é empregado — para amanhã não ser ameaçado por um aviso prévio ou uma lista de demissão. Eu acredito que a construção está bem encaminhada”, avaliou.

A solicitação, assinada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, indica que o objetivo seria viabilizar a costura da solução legislativa em cima do tema e cita o acordo de reoneração gradual dos setores produtivos anunciada na última semana.

ELEIÇÕES

TSE adia julgamento que tende a absolver Moro

» RENATO SOUZA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu, ontem, o julgamento de ações que podem resultar na cassação do mandato do senador Sergio Moro (União Brasil). A pausa ocorreu em razão do término da sessão na corte eleitoral e o caso será retomado na próxima terça-feira. Nesta primeira etapa, o relator do caso, ministro Floriano Peixoto, leu as informações do processo. Na próxima sessão, além da fala do Ministério Público Eleitoral, os advogados fazem a sustentação oral e os ministros começam a votar.

As ações contra Moro foram movidas pelo PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo PL, de Jair Bolsonaro. Moro foi acusado de abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2022, caixa dois e uso irregular de meios de comunicação. De acordo com as acusações que foram apresentadas, ele teria sido beneficiado pela pré-campanha para presidente da República — cargo ao qual ele desistiu de concorrer e se lançou para senador.

Moro foi alvo de uma Ação de Investigação Judicial



Moro: se condenado pelo TSE, senador ficará inelegível por oito anos

Eleitoral (AIJE). Também foram alvos das ações os dois suplentes da chapa, Luis Felipe Cunha e Ricardo Augusto

Guerra. Caso os magistrados entendam pela cassação de mandato, Moro também ficaria inelegível por oito anos.

Absolvição

Fontes ouvidas pelo *Correio* na Corte avaliam que a tendência é de que o senador seja absolvido, assim como ocorreu no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que ao analisar o caso, não viu irregularidades.

A previsão é de que o julgamento tenha votos extensos na quarta-feira, podendo se estender até a madrugada da próxima quinta-feira. Caso os ministros entendam pela cassação, os efeitos são imediatos — ou seja, o senador perde o cargo de maneira imediata. No entanto, caberá recurso ao próprio TSE e ao Supremo Tribunal Federal. Caso a corte eleitoral entenda pela absolvição, também é possível que os autores das ações apresentem recurso, mas as chances de

reversão do resultado são baixas.

Em caso de cassação, a Justiça Eleitoral precisa realizar uma nova eleição no estado, pois Moro ainda não cumpriu 50% do mandato para o qual foi eleito. Antes do julgamento, nos bastidores, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-AL) procurou pessoalmente ministros do TSE para afirmar que a decisão por remover o mandato de Moro poderia colocar em crise as relações entre o Congresso e a Corte eleitoral, assim como com o Supremo.

A procura gerou reação do advogado do PL, Guilherme Ruiz Neto. “O presidente do Senado não é parte do processo em questão, tampouco atua como advogado ou representante legal de qualquer das partes envolvidas”, afirmou, em nota.